

REFLEXOS DO USO DE CÂMERA NAS FARDAS DOS POLICIAIS MILITARES

REFLECTIONS OF THE USE OF CAMERA ON MILITARY POLICE UNIFORMS

Arthur Silva Castro*

Alan Carlos Pires de Moraes**

RESUMO

Este artigo científico discute o uso de câmeras nas fardas dos policiais militares e como isso afeta a sociedade, os próprios policiais e a criminalidade, comparando com outras forças policiais que já adotaram essa prática. É um assunto importante relacionado à segurança pública, pois tem impacto nas investigações, na segurança dos policiais e dos cidadãos envolvidos em incidentes. O artigo também menciona a implantação das câmeras em São Paulo e uma decisão judicial em Goiás para destacar a relevância do tema. O cerne do problema é avaliar se essa tecnologia é eficaz, considerando os benefícios potenciais e as desvantagens. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo e a pesquisa desenvolvida de forma qualitativa e com método de raciocínio dedutivo. Os objetivos gerais são analisar como o uso das câmeras tem sido aplicado em outros estados e os objetivos específicos incluem revisar a decisão judicial em Goiás, descrever os impactos na sociedade e nos policiais, apresentar dados de outras forças policiais que utilizam câmeras e obter as opiniões dos próprios policiais militares para esclarecer o assunto e também discussões atuais sobre o tema.

Palavras-chave: Criminalidade. Uso das câmeras. Impactos

ABSTRACT

This scientific article discusses the use of cameras on the uniforms of military police officers and how it affects society, the officers themselves, and criminality, comparing it with other police forces that have already adopted this practice. It is an important topic related to public safety, as it has an impact on investigations, the safety of officers, and citizens involved in incidents. The article also mentions the implementation of cameras in São Paulo and a judicial decision in Goiás to highlight the relevance of the topic. The core problem is to evaluate whether this technology is effective, considering potential benefits and disadvantages. The general objectives are to analyze how the use of cameras has been applied in other states, and the specific objectives include reviewing the judicial decision in Goiás, describing the impacts on society and officers, presenting data from other police forces that use cameras, and obtaining the opinions of military police officers themselves to clarify the subject and current discussions on the topic.

Keywords: Criminality. Use of cameras. Impacts.

1 INTRODUÇÃO

O assunto "O Impacto do Uso de Câmeras nas Fardas dos Policiais Militares" é muito importante na sociedade moderna. Isso se deve à incerteza sobre sua eficácia, especialmente no estado de São Paulo, onde as câmeras foram instaladas nas fardas dos policiais militares em 2020 por meio do Programa "Olho Vivo".

Diante desses eventos, é essencial examinar os motivos que levaram o estado a tomar a decisão de instalar essas câmeras. Será que o objetivo principal dessa medida é proteger os direitos dos cidadãos ou aumentar a segurança dos policiais? Em última análise, se será benéfico ou prejudicial para a carreira dos policiais militares envolvidos em ocorrências na adoção dessas câmeras.

Além disso, diz a matéria disponível no G1 Globo que no ano de 2023, a Juíza Mônica de Souza Balian Zaccariotti determinou, a pedido de promotores de Justiça, que sejam instaladas câmeras em fardas e viaturas da Polícia Militar, objetivando diminuir a letalidade em ocorrências policiais, porém não foi acatado pelo Estado e pelo Governador Ronaldo Caiado. Essa informação irá ser uma égide no presente artigo, pois gerou tamanha discussão dentro da corporação da Polícia Militar de Goiás.

Em face da efetividade do uso de câmeras nas fardas da Polícia Militar, trazendo dados já colhidos pelo Estado de São Paulo, onde se utilizam as câmeras, devem ser feitos os questionamentos como problema: Como o policial militar, no uso de suas atribuições, irá atuar conforme o exigido na ocorrência sendo que terá uma câmera gravando todas as suas ações? Devendo-se analisar onde fica a segurança jurídica do policial perante decisões judiciais de tribunais superiores que limitam as ações do policial perante um suspeito. Com base nesses questionamentos serão esclarecidos os reflexos do uso de câmera nas fardas da Polícia Militar.

O objetivo geral da pesquisa será constatar os reflexos positivos e negativos que trouxeram as câmeras na fardas da Polícia Militar de outros estados que já utilizam fazendo um adendo aos reflexos que teriam na Polícia Militar de Goiás a fim de demonstrar o quão espinhoso pode ser o tema e quantas polêmicas trariam.

Como objetivo específico deve-se revisar a decisão judicial que determinou a CPE Anápolis a utilizar câmeras nas fardas; Descrever quais os benefícios e malefícios que o tema pode trazer a sociedade e ao policial militar;

Demonstrar, por meio de dados, os reflexos do uso das câmeras na Polícia Militar de outros estados; Utilizar as opiniões do público policial militar em curso de formação na

Academia da Polícia Militar de Goiás acerca do tema, para esclarecer no artigo a efetividade do presente estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para embasar o presente estudo devem ser utilizadas reportagens atuais, artigos científicos e decisões judiciais que já abordaram acerca do assunto.

Inicialmente, conforme a reportagem do G1 Globo: As câmeras operacionais portáteis utilizadas pelos policiais apresentam características distintivas. Elas são fixadas no peito dos policiais, oferecendo um ângulo privilegiado e uma altura adequada para a captação de imagens. Essa posição possibilita o registro completo das interações dos policiais, abrangendo a maior parte do corpo das pessoas com as quais eles interagem, assim como áreas de interesse nas ações policiais, especialmente as mãos. A fixação das câmeras é suficientemente segura para resistir a situações críticas, como saltos de muros ou deitar no chão.

As gravações realizadas por essas câmeras ocorrem de forma contínua, sem que os policiais tenham a opção de escolher quando ou o que gravar. Conforme relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as câmeras da Polícia Militar de São Paulo registram continuamente imagens e sons captados. Esses registros são categorizados como "vídeos de rotina" quando não são ativados intencionalmente pelos policiais e como "vídeos intencionais" quando são acionados propositalmente. Os policiais em serviço só podem retirar as câmeras em situações excepcionais, como para ir ao banheiro ou fazer refeições.

Há um Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Sargento Gonçalves o qual proibirá a exigência da instalação das câmeras:

O Projeto de Lei 606/23 proíbe a exigência de instalação de câmeras nas fardas de policiais militares, enquanto a medida não for estendida a todos os servidores públicos, civis ou militares. Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta é de autoria do deputado Sargento Gonçalves (PL-RN). Segundo ele, o objetivo é “estabelecer que o videomonitoramento individual dos agentes públicos aconteça com limites, requisitos e critérios de isonomia”. Pelo texto, o descumprimento das regras pela administração autoriza o agente público, inclusive militar, a recusar o uso desse equipamento sem que sofra qualquer penalidade administrativa, disciplinar ou criminal pela decisão. Fonte: Agência Câmara de Notícias

De acordo com o relatório de pesquisa (FGV, 2022): A utilização de câmeras corporais pela polícia visa não apenas a redução do uso excessivo da força policial, mas também o

aperfeiçoamento das provas coletadas em ocorrências, o uso das imagens em treinamentos para melhorar técnicas policiais e o aumento da transparência e legitimidade das forças policiais, como evidenciado pela PMESP. Nesse viés, as câmeras podem ser consideradas uma solução promissora para melhorar a conduta policial, promover a responsabilidade e transparência, abordar as preocupações de confiança da comunidade em relação à polícia.

Um argumento que é contrário ao uso de câmeras é que elas podem desencorajar os policiais de realizar o policiamento ostensivo regular, uma vez que os erros e excessos ficam mais visíveis. No entanto, a veracidade dessa alegação requer investigação empírica. Idealmente, essa hipótese pode ser testada usando dados sobre a localização e intensidade do patrulhamento ostensivo. Quando esses dados não estão disponíveis, são usadas duas conjuntos de variáveis para avaliar o impacto das câmeras no esforço policial.

Primeiramente, observa-se o volume de ocorrências de prisões em flagrante e registros de tráfico e porte de drogas e armas, frequentemente usados como indicadores de policiamento ostensivo. Assumindo que o patrulhamento preventivo afeta os níveis de criminalidade, compara-se a incidência de homicídios, roubos e furtos em áreas com e sem câmeras. A hipótese subjacente a esse teste é que as câmeras poderiam levar a mudanças distintas nos níveis dessas ocorrências em companhias de polícia que adotam a tecnologia.

De acordo com a reportagem do Contraponto Digital: Apesar das notáveis melhorias estatísticas na redução da violência policial no estado de São Paulo, o Ministro Tarcísio de Freitas permanece indeciso quanto à manutenção das câmeras corporais e mantém um discurso favorável a uma abordagem mais rígida da polícia. No primeiro semestre de 2022, houve uma queda de 60% na letalidade policial no estado de São Paulo em comparação com o primeiro semestre de 2020. Além disso, as mortes de agentes do Estado também diminuíram substancialmente nos últimos anos.

Em sua campanha, Tarcísio de Freitas se opôs à imposição das ferramentas que limitariam o poder de fogo da polícia, a princípio as câmeras corporais, afirmando que as eliminará caso seja eleito. Essas câmeras têm o propósito não apenas de reduzir a corrupção e a violência policial, mas também de proteger os oficiais da lei contra falsas alegações de abuso de poder, entre outros benefícios.

Tarcísio é abertamente a favor de uma abordagem mais enérgica da polícia. Ele argumenta, por exemplo, que batalhões estão perdendo eficácia devido às câmeras corporais. Além disso, ele conta com o apoio da bancada do PL com uma ampla ala bolsonarista pela Câmara.

Além disso, há receio de que Tarcísio de Freitas possa não desativar as câmeras

corporais, mas enfraquecer o sistema que as sustenta. Essas câmeras requerem infraestrutura para transmitir, armazenar e analisar as imagens.

Alan Fernandes, Coronel da Reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo e Doutor em Administração Pública e Governo, destaca que as mudanças na PM de São Paulo também resultaram na redução das mortes de policiais militares. Segundo ele, isso se deve ao fato de que as câmeras corporais incentivam os policiais a buscar estratégias para evitar confrontos armados, reduzindo assim a letalidade de suas ações e seus riscos. As câmeras também têm o potencial de dissuadir ações violentas por parte de agressores não-policiais.

Trazendo o tema para o Estado de Goiás, conforme a reportagem do G1 Globo, a obrigatoriedade da instalação de câmeras e equipamentos de áudio nas fardas e viaturas dos agentes da Companhia de Policiamento Especializado (CPE) de Anápolis, em Goiás, foi suspensa pela Justiça em resposta ao pedido do Governo de Goiás, aceito pelo Tribunal de Justiça (TJ). O Governo argumentou que a ação movida pelo Ministério Público violava a separação de poderes e alegou que já está tomando medidas para reduzir o uso da força e evitar a letalidade policial. O MP, por sua vez, informou que as promotoras e promotores de Anápolis que subscreveram a ação irão recorrer da decisão.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) justificou que a instalação das câmeras representaria um risco significativo para a economia, uma vez que não foram alocados recursos para a compra e instalação dos equipamentos. Além disso, a PGE argumentou que essa medida poderia desencorajar os policiais de se envolverem em atividades de conflito, devido à constante vigilância imposta por esse regime de monitoramento.

O estudo, cujos resultados foram divulgados em 25 de janeiro, destacou a maior queda no número de latrocínios, um tipo de crime que envolve roubo seguido de morte, com uma redução de 70%. Além disso, os registros de lesão seguida de morte apresentaram uma queda de 55,7%, e o crime de homicídio doloso, que envolve a intenção de matar, registrou uma diminuição de 44,5%.

Vale mencionar, que o Supremo Tribunal Federal, em decisão no Recurso Extraordinário 1.342.077/SP, anulou parcialmente uma decisão passada do Superior Tribunal de Justiça. Essa anulação ocorreu no que diz respeito à exigência de documentação e registro de áudio e vídeo das ações policiais. Dessa forma, o Supremo determinou que medidas fossem implementadas pelos órgãos de segurança pública em todas as unidades federativas do país.

3 METODOLOGIA

Vista a relevância do tema para a atualidade, principalmente no Estado de Goiás, onde já estava sendo discutido acerca do videomonitoramento nas fardas dos policiais militares.

A presente pesquisa irá utilizar como metodologia, a pesquisa e análise de dados estatísticos, o comparativo entre os estados que já utilizam o videomonitoramento nas fardas, dados da mídia acerca da criminalidade nos outros estados. A pesquisa produzida feita de modo qualitativa. Já o método de raciocínio utilizado foi o dedutivo, pois, é utilizada informações gerais acerca do assunto, trazendo o leitor para uma conclusão específica ao final.

Para demonstrar como seria esta realidade no estado foi feita uma pesquisa de campo, por meio do questionário Google Docs, a amostra de pesquisa na qual foi feita uma entrevista aos alunos dentro do curso de formação lotados no Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, com algumas perguntas objetivas sobre a opinião destes policiais acerca do tema, se concordam e trazendo uma análise subjetiva sobre os benefícios e malefícios. Pretende-se trazer informações sociais, por meio dos blogs e canais de mídia sobre a letalidade policial após o uso das câmeras e os possíveis reflexos que teria aqui em Goiás ao determinar uso de câmeras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme exigida a pesquisa de campo do presente artigo científico se restringiu aos policiais militares, especificamente os alunos soldados lotados no Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás. Dessa forma, abaixo será demonstrado os resultados obtidos pela pesquisa realizada por meio do link do Google em forma de formulário:

Gráfico 1 – Porcentagem de policias que concordam com a obrigatoriedade da utilização de câmeras nas fardas dos policias militares



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Conforme demonstrado no gráfico a maior parte, os 93,1% não concordam com a obrigatoriedade de utilização de câmeras nas fardas dos policiais militares de Goiás e somente 3,4% concordam e 3,4% pensa por duas variáveis, apontando motivos favoráveis e desfavoráveis. Ou seja, este resultado esclarece que já na Academia da Polícia Militar, no curso de formação os policiais militares estão apreensivos quanto a obrigatoriedade de usar o videomonitoramento nas fardas.

Aqui os alunos que quiseram, de forma subjetiva, opinaram sobre o motivo da resposta da pergunta acima, conforme pode ser visto abaixo:

Questionário 1 – Motivos que justificaram a resposta da pergunta do gráfico 1.

Se sim, por quais motivos?

4 respostas

Creio que isso pode ajudar os policiais que trabalham dentro da legalidade a serem inocentados de processos que vierem a responder.

Na parte que concordo, pela própria segurança jurídica do policial perante ao poder Judiciário.

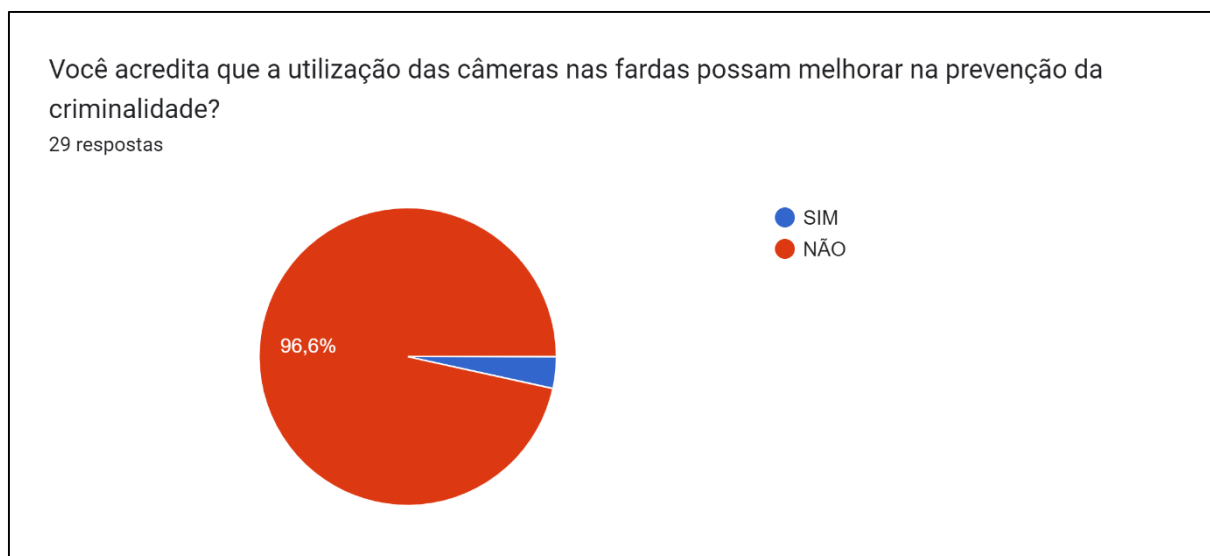
Trará insegurança jurídica ao trabalho e diminuirá as ações

Gasto não prioritário para o estado, seria melhor investir em treinamento e modernização das polícias.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Dois justificaram com pontos que observaram ser positivos o uso das câmeras, justificando ser uma segurança jurídica para o policial, de forma que podem ser inocentados dos processos que vierem a responder. Os outros dois foram contra o uso das câmeras, porém justificaram a escolha, demonstrando que poderia ser uma insegurança jurídica ao trabalho diminuindo as ações dos policiais e já o outro que seria um gasto não prioritário, sendo melhor investir no treinamento e modernização das polícias.

Gráfico 2 – Resultados sobre o questionário se a utilização das câmeras pode prevenir a criminalidade

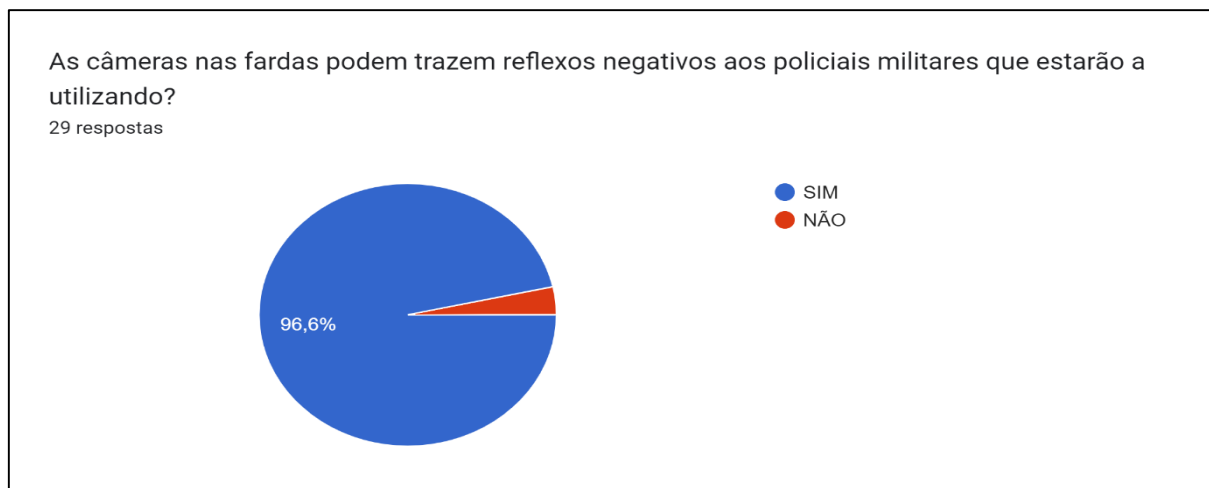


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nesta pesquisa 96,6% dos alunos discordam sobre a utilização das câmeras nas fardas melhorarem a prevenção da criminalidade, somente 3,4% concordam. Podemos trazer o dado que reforça esse pensamento onde: Um estudo realizado na Polícia Militar de São Paulo demonstrou que houve uma queda significativa do número de prisões em razão da implementação das câmeras operacionais, (MARCOLINO, 2022).

A maioria no gráfico abaixo votou que as câmeras nas fardas podem trazer reflexos negativos aos policiais militares que estarão utilizando-a e somente 3,4% não concordou, isso reforça apontamentos já indicados no artigo acerca de a dificuldade que o policial poderá encontrar ao atuar com a câmera

Gráfico 3 – Resultados do questionário se a utilização das câmeras podem trazer reflexos negativos aos policiais militares que a utilizam



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

No gráfico seguinte aponta que 96,6% dos policiais entrevistados acreditam que a utilização das câmeras poderão restringir a atuação ostensiva nas ocorrências.

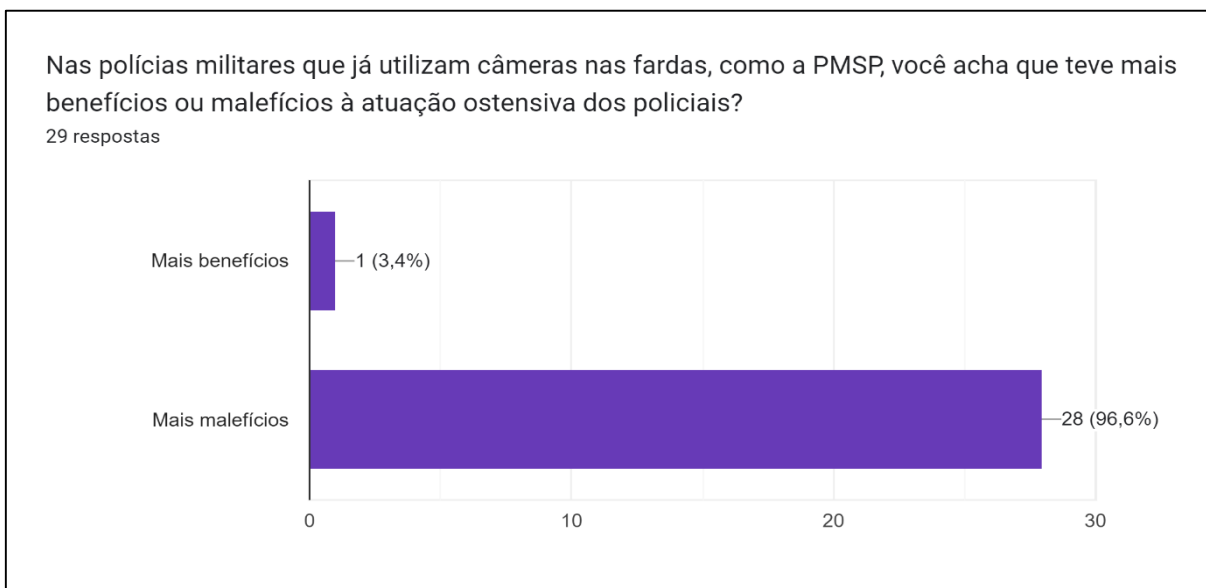
Gráfico 4 – Resultados do questionário acerca da possibilidade de a utilização das câmeras restringirem a atuação ostensiva nas ocorrência



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

No próximo gráfico ao questionar ao entrevistado se nas polícias militares, como a PMSP, que já utilizam câmeras nas fardas, trouxeram mais benefícios ou malefícios à atuação ostensiva dos policiais, 96,6% votou que seriam mais malefícios, o que pode reforçar o argumento de as câmeras nas fardas serem, talvez, um fator negativo à atuação policial, podendo minorar a quantidade de prisões e aumentar o índice de agressão contra os policiais que estão utilizando as câmeras, (LORENZI, 2021).

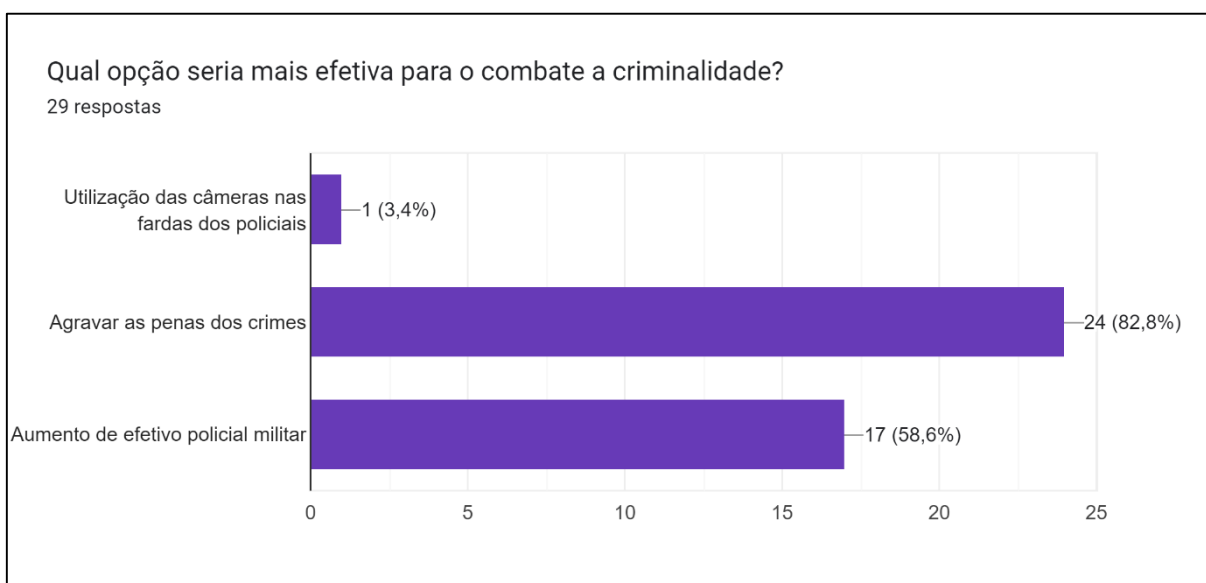
Gráfico 5 – Resultado do questionário acerca de haver mais benefícios ou malefícios na utilização das câmeras



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Na pesquisa a seguir foi feito um questionamento acerca de qual opção o entrevistado acha ser mais efetiva para combater a criminalidade, dentre as opções mais votadas, foi a de que seria agravar as penas dos crimes e aumento de efetivo policial militar, isso pode significar que, ao ser investidos mais recursos na segurança pública, de modo que possam ingressar mais policiais militares para aumentar o efetivo e o poder legislativo agir de forma que possa fazer alterações legislativa no Código Penal Brasileiro, agravando as penas dos delitos, que muitas vezes são brandas, serão opções mais efetivas para combater a criminalidade do que utilizar câmeras na fardas.

Gráfico 6 – Resultados sobre a escolha de opções que seriam mais efetivas para o combate a criminalidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi demonstrado nas pesquisas, os policiais militares, em curso de formação de soldado, lotados no Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, em maioria, votaram contra a utilização das câmeras no fardamento, podendo-se concluir, que conforme os dados citados, é um ponto que pode ser negativo ao ser implantado no estado de Goiás.

De acordo com a pesquisa de Lorenzi, A utilização das câmeras corporais reduziu o uso de força em até 50% durante as abordagens policiais. A presença das câmeras aumentou a cooperação com a força policial por parte dos cidadãos.

A presença das câmeras tem levado os cidadãos a cooperarem mais com a polícia. Uma possível explicação para esse fenômeno é o conceito de “excesso de dissuasão”, onde os policiais, conscientes das consequências legais possíveis, tendem a agir com cautela excessiva,

mesmo em situações que exigem o uso da força. Isso pode ser interpretado pelos suspeitos como uma fraqueza, resultando em maior resistência e agressividade. Além disso, a gravação das abordagens pode levar os policiais a não verbalizarem ou a fazê-lo de maneira mais suave, o que pode resultar na necessidade do uso da força em situações que poderiam ser resolvidas por meio de comandos verbais.

Sendo assim conforme o estudo, a utilização do videomonitoramento por câmeras nas fardas dos policiais militares, no estado de Goiás, pode não trazer benefícios em superioridade aos malefícios, há chance disso aumentar os índices de criminalidade e desrespeito do cidadão com o policial. No estado de São Paulo, conforme citado pelo seu atual governador Tarcísio, os batalhões podem perder a eficácia no Estado e é necessário uma abordagem mais enérgica por parte da polícia.

REFERÊNCIAS

Agência Câmara de Notícias. **Projeto desobriga policiais militares de usar câmeras nas fardas**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/955133-projeto-desobriga-policiais-militares-de-usar-cameras-nas-fardas#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20606,servidores%20p%C3%BAblicos%2C%20civis%20ou%20militares>> Acesso em: 08/01/2024.

Casa Civil do Governo do Estado de Goiás. **Goiás alcança redução histórica em indicadores de crimes violentos**. Disponível em: <<https://www.casacivil.go.gov.br/noticias/9545-go%C3%AAs-alcan%C3%A7a-redu%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3rica-em-indicadores-de-crimes-violentos.html>>. Acesso em: 08/10/2023.

Contraponto Digital. **Tarcísio quer retirar câmeras, apesar da melhora nos índices de violência policial**. Disponível em: <<https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/tarcisio-quer-retirar-cameras-apesar-da-melhora-nos-indices-de-violencia-policial>>. Acesso em 08/10/2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32874/CCAS_Cameras_PME>

SP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09/10/2023.

G1 São Paulo. **Como funcionam as câmeras corporais da Polícia Militar de SP.** G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/16/como-funcionam-as-cameras-corporais-da-policia-militar-de-sp.ghml>>. Acesso em: 08/10/2023.

G1. **Monitor da Violência: PMs de 7 estados usam câmeras corporais; outros 10 estados dizem estar fazendo testes ou avaliando uso.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/08/29/monitor-da-violencia-pms-de-7-estados-usam-cameras-corporais-outros-10-estados-dizem-estar-fazendo-testes-ou-avaliando-uso.ghml>>. Acesso em: 08/10/2023.

G1 Goiás. **Justiça suspende decisão que obrigava instalação de câmeras nas fardas de policiais em Anápolis.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/05/justica-suspende-decisao-que-obrigava-instalacao-de-cameras-nas-fardas-de-policiais-em-anapolis.ghml>>. Acesso em: 08/10/2023.

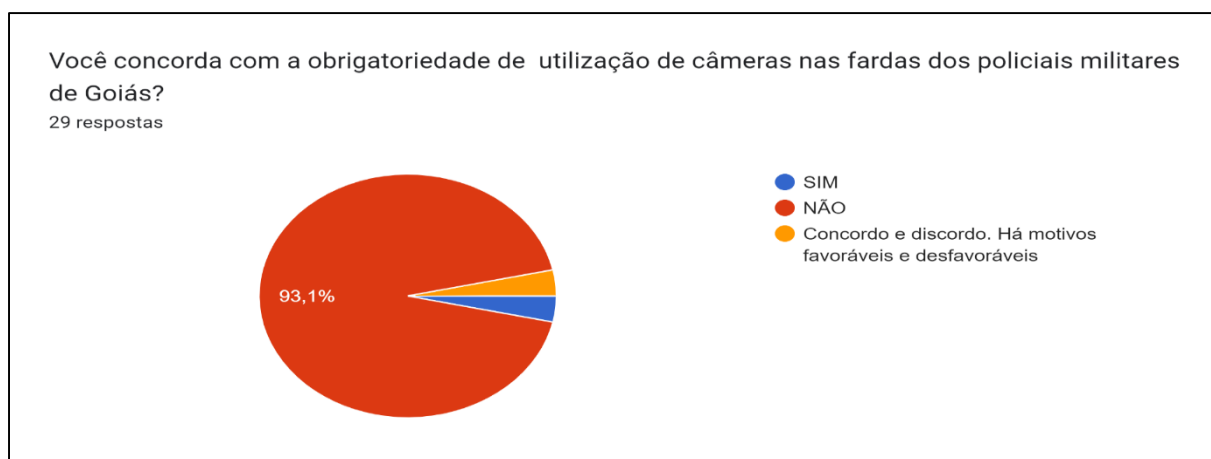
LORENZI, Leonardo Queiroz. **Câmeras policiais individuais e o controle da atividade policial.** 2021. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13268>>. Acesso em: 06/11/2023.

MARCOLINO, Antônio César Ferrari. **Impacto do uso das câmeras operacionais nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial PMESP.** Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Administração do Inper. São Paulo, 2022.

Recurso Extraordinário 1.342.077/SP. Relator Ministro Alexandre de Moraes. DJe de 3/12/2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=9820340>>. Acesso em: 09/10/2023

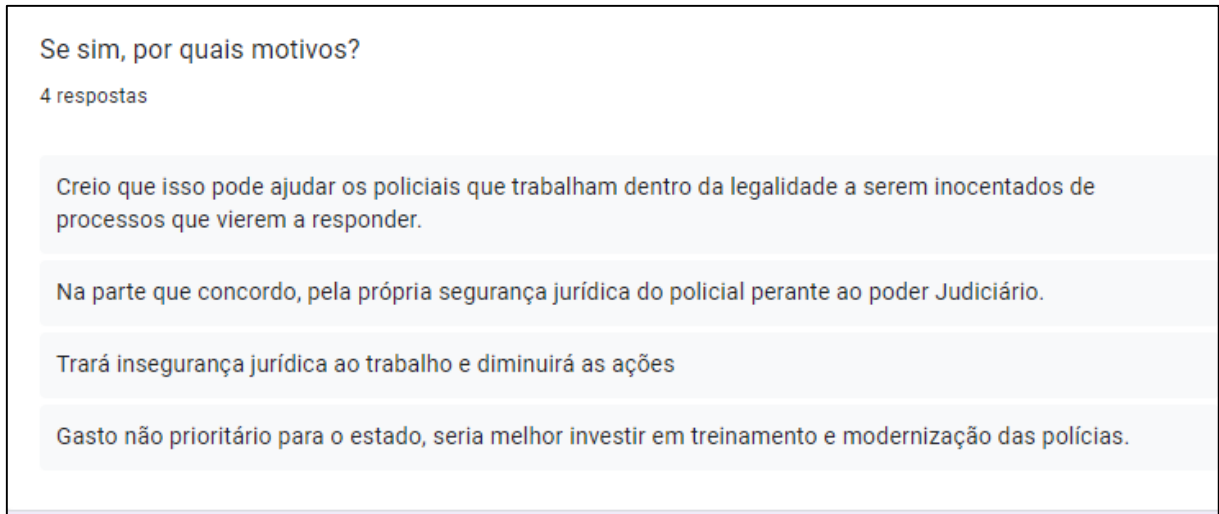
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Gráfico 1 – Porcentagem de policias que concordam com a obrigatoriedade da utilização de câmeras nas fardas dos policias militares



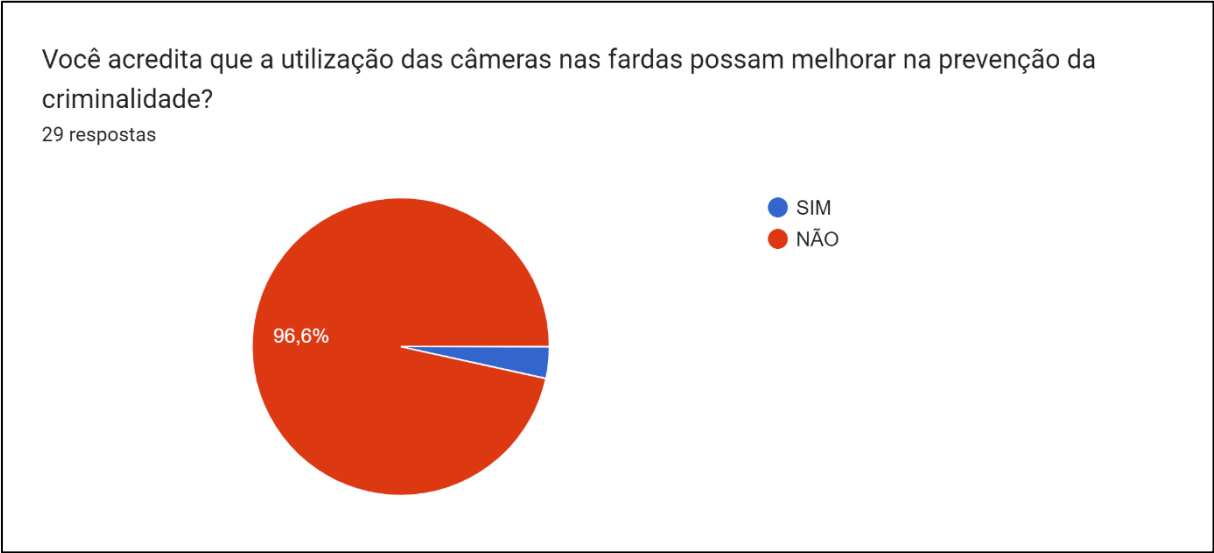
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Questionário 1 – Motivos que justificaram a resposta da pergunta do gráfico 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Gráfico 2 – Resultados sobre o questionário se a utilização das câmeras pode prevenir a criminalidade

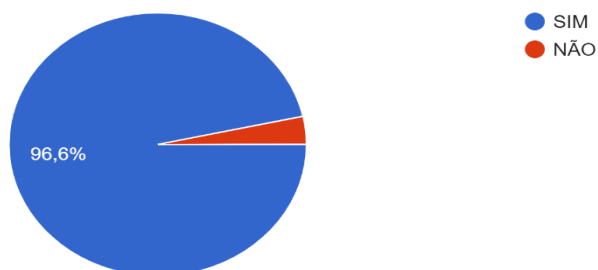


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Gráfico 3 – Resultados do questionário se a utilização das câmeras podem trazer reflexos negativos aos policiais militares que a utilizam

As câmeras nas fardas podem trazer reflexos negativos aos policiais militares que estarão a utilizando?

29 respostas

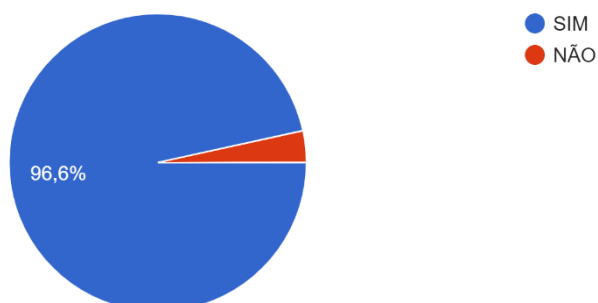


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Gráfico 4 – Resultados do questionário acerca da possibilidade de a utilização das câmeras restringirem a atuação ostensiva nas ocorrências

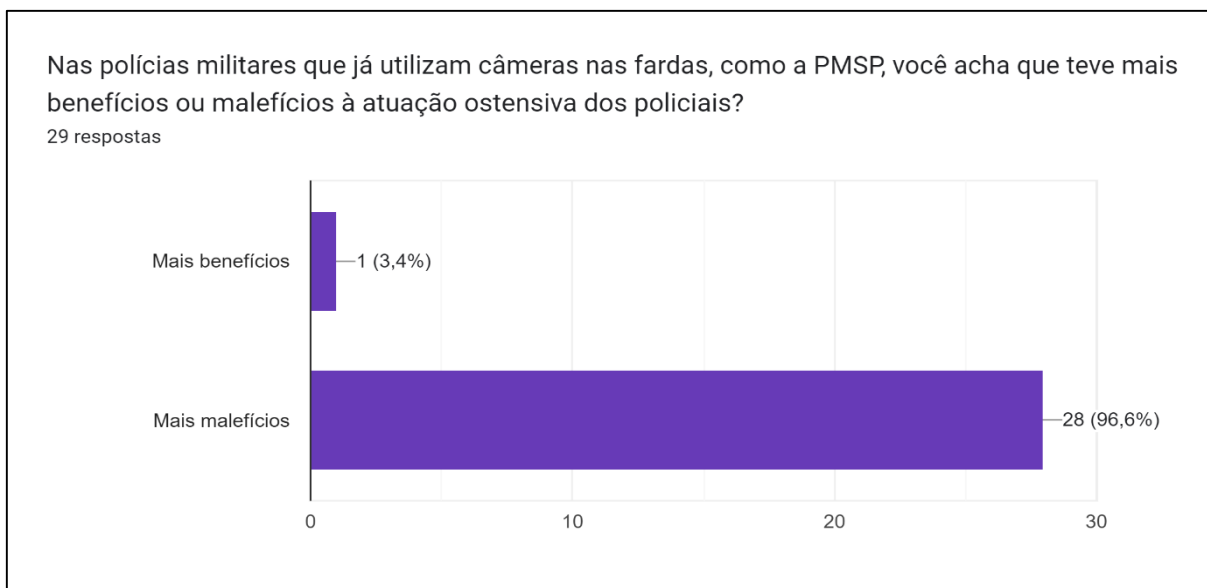
Acredita que a utilização das câmeras nos policiais militares podem restringir a atuação ostensiva em ocorrências?

29 respostas



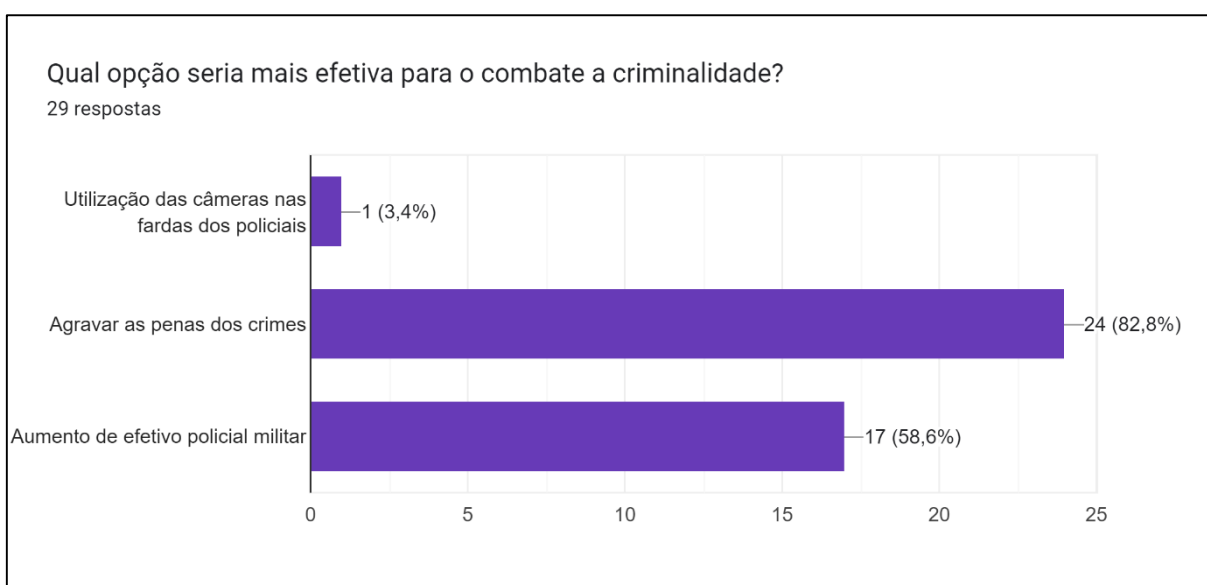
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Gráfico 5 – Resultado do questionário acerca de haver mais benefícios ou malefícios na utilização das câmeras



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Gráfico 6 – Resultados sobre a escolha de opções que seriam mais efetivas para o combate a criminalidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.